

Sistematização terá mais 20 dias

Só o PFL não concorda com a prorrogação acertada pelos líderes

LIVALDO BARBOSA



Passarinho, Cid Carvalho e Fernando Fenrique discutiram a prorrogação

Britto e Hage substituem os ministros

Os deputados Antônio Britto (RS) e Jorge Hage (BA) foram indicados para a Comissão de Sistematização: o primeiro é titular e outro suplente. As indicações foram feitas pelo líder em exercício do PMDB na Assembleia Constituinte, deputado Euclides Scalco, depois de consultar o líder licenciado, senador Mário Covas (que só retornará às atividades depois do Dia de Finados). Substituíram os deputados Prisco Viana e Luiz Henrique — nomeados ministros de Estado.

Antônio Britto ficou muito ligado ao senador Mário Covas, de quem é vice-líder. Jorge Hage é um dos principais líderes do Movimento de Unidade Progressista (MUP) — facção mais à esquerda do PMDB.

Sem fazer qualquer comentário, o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna deixou clara sua desaprovção às duas indicações. Já os líderes da "Operação Primavera" — de estreitamento de relações do PMDB com o presidente Sarney — tentaram — sem êxito — efetivar na comissão o suplente Israel Pinheiro Filho (PMDB/MG). O Centro Democrático também desejava a vaga de Prisco Viana, novo ministro da Habitação e Desenvolvimento Urbano, para um de seus integrantes, "para manter o equilíbrio entre os grupos internos".

O ministro Prisco Viana era titular e o ministro Luiz Henrique suplente da Comissão de Sistematização.

Coordenador só fica por um fio

Está na caneta do deputado Gil César a destituição ou a permanência do deputado Marcos Lima (do Centro Democrático) nas funções de coordenador da bancada do PMDB mineiro no Congresso Nacional. Com 37 parlamentares — dois senadores e 35 deputados — seria necessário o apoio de pelo menos 19 deles (maioria absoluta) para a destituição do coordenador da bancada. O documento estava com 20 assinaturas, mas antes de sua entrega ao líder do PMDB na Câmara, dois deles retiraram as assinaturas — Hélio Costa e Ronaldo Carvalho. Ficaram 18. Há informações de que Gil César daria o quorum que afastaria o coordenador.

Em tempo: Marcos Lima é apontado, como um dos candidatos do governador de Minas a uma pasta ministerial (MIC). Hélio Costa é o mesmo que na campanha eleitoral do ano passado fez as mais graves acusações e denúncias contra o então candidato a governador, até de ordem moral. Dizem que hoje o antigo alvo é o candidato de Hélio Costa a presidente da República.

Deputado cobra eleição geral

Recife — O coordenador da bancada federal do PMDB, Maurílio Ferreira Lima, defendeu ontem a convocação de eleições gerais logo após a conclusão dos trabalhos da Constituinte, sob a alegação de que os mandatos dos congressistas e dos governadores estão envelhecidos pelo processo político.

Segundo ele, há um grande descrédito da representação política junto à opinião pública e a forma de se restabelecer essa credibilidade e convocando eleições gerais para a legitimação do poder civil. O deputado disse que depois da Constituinte não tem mais o que fazer com o seu próprio mandato, e que prefere se submeter novamente ao julgamento popular, mesmo correndo o risco de não se eleger, "a ser agredido na rua pela opinião pública". Para ele, a ditadura desacreditou a classe política no meio popular, com as mordomias criadas em 20 anos.

Ibsen lidera PMDB até novo ano parlamentar

A tendência da bancada do PMDB na Câmara é a de confirmar na liderança o deputado gaúcho Ibsen Pinheiro, que exerceria o cargo até o início da próxima sessão legislativa — março de 1988. Nessa ocasião haveria eleição para líder para o novo ano parlamentar. A esquerda independente do PMDB deVe aprovar esta solução, da mesma forma que a "Operação Primavera" — grupo criado para estreitar as relações do PMDB com o presidente Sarney. O MUP — Movimento de Unidade Progressista — facção mais à esquerda — ainda não se posicionou. O "Centro Democrático" — o grupo moderado — prefere que a bancada eleja, pelo voto, o substitutivo de Luiz Henrique — novo ministro de Ciência e Tecnologia.

O colégio de líderes do PMDB na Câmara decidirá a questão amanhã. O nome da preferência de Ulysses Guimarães é do ministro Luiz Henrique e o deputado gaúcho Ibsen Pinheiro, um dos vice-líderes do partido.

Outro vice-líder, deputado João Herrmann (SP), entretanto, acha que o lugar de substituto é seu, alegando, inclusive, antigo acordo com Luiz Henrique. O "Centro Democrático" vai tentar, até amanhã, coletar 78 assinaturas — um terço da bancada — para convocar automaticamente a bancada e eleger o no-

Bancada contra líder-tampão

Está praticamente descartada a hipótese de eleição para escolha de um líder tampão do PMDB na Câmara, em substituição ao deputado Luiz Henrique, que assumiu o Ministério da Ciência e Tecnologia. Até mesmo o deputado Egidio Ferreira Lima (PE), que se apresentou como candidato à liderança, criticava ontem uma possível decisão por eleição: "deve permanecer um líder interino pois resta pouco mais de um mês de trabalho na Câmara e seria um erro eleição agora".

Para Egidio Ferreira Lima, uma eleição no momento, de crise política e concentração nos trabalhos da Constituinte, só serviria para tumultuar ainda mais a Constituinte. Como Luiz Henrique não renunciou ao cargo, mas se licenciou, indicando como substituto o deputado Ibsen Pinheiro (RS) — Egidio acha tam-

vo líder do PMDB na Câmara. O candidato do grupo é o moderado Roberto Cardoso Alves (SP).

Para março haveria dois outros postulantes — Egidio Ferreira Lima (PE), da "esquerda independente" e, Cid Carvalho (MA), da "Operação Primavera". Na opinião de dirigentes do PMDB, Luiz Henrique, ao deixar a liderança para assumir o Ministério da Ciência e Tecnologia errou ao anunciar à imprensa e à televisão que seria substituído por Ibsen Pinheiro, sem o trabalho prévio de consultas aos demais vice-líderes. O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, está muito preocupado com a reação de alguns setores da bancada e com o autolancamento da candidatura João Herrmann.

Se a bancada não prestigiar a indicação de Luiz Henrique o novo ministro sofrerá desgaste partidário já nos primeiros dias de sua gestão, segundo Ulysses Guimarães. Na bancada houve críticas pelo fato de o ministro da Ciência e Tecnologia ter viajado para Santa Catarina, para presidir a abertura de jogos abertos do Interior. Para muitos, Luiz Henrique deveria ter permanecido em Brasília, no final de semana, articulando a permanência de Ibsen Pinheiro na liderança da bancada.

bém que uma eleição seria anti-regimental. Ele mantém sua candidatura, mas para fevereiro do próximo ano, quando começa o mandato do líder da próxima sessão legislativa.

O único problema continua sendo a resistência do deputado paulista João Herrmann, que insiste em evocar um acordo feito entre ele e o deputado Luiz Henrique na época em que este foi eleito líder. Em troca da transferência de seus 86 votos para Luiz Henrique, o então candidato à liderança João Herrmann teria obtido a promessa de que seria o primeiro vice-líder do partido, com direito, portanto, à eventual substituição do líder.

Herrmann admite que o colégio de vice-líderes não é o fórum adequado para indicar novos nomes para a liderança e afirma: "ou o acordo é respeitado ou sai eleição".

Para novo ministro, PMDB governaria só

LUIZA TARANTO
Da Sucursal

Florianópolis — O ministro Luiz Henrique da Silveira, da Ciência e Tecnologia, afirmou ontem em Florianópolis que o PMDB está pronto para assumir por inteiro o governo, caso o PFL decida mesmo romper definitivamente com o presidente José Sarney, na convenção marcada para os próximos dias 6 e 7 de outubro de novembro. "O PMDB não negará o seu apoio ao governo", disse.

Mais uma vez, Luiz Henrique confirmou sua posição de parlamentarista convicto, dizendo que a reforma ministerial contribui para o presidente Sarney ampliar sua sustentação política dentro do PMDB. O ministro nega que está interinamente no Ministério da Ciência e Tecnologia e que irá posteriormente para o da Justiça. Mas ao referir-se ao seu ministério, por duas vezes confundiu-o com o da Justiça.

Luiz Henrique da Silveira, que empreendeu

neste último final de semana sua primeira viagem a Santa Catarina como ministro, desembarcou na sexta-feira em Criciúma, no sul do Estado, onde além de ser recebido com banda de música, foi bastante aplaudido no mesmo local e evento onde o governador Pedro Ivo foi estrepitosamente vaiado há uma semana atrás por cerca de vinte e cinco mil pessoas.

Na capital catarinense, onde Luiz Henrique chegou ontem pela manhã, ele almoçou com o governador Pedro Ivo Campos e à tarde visitou o Diretório Regional do PMDB, onde era esperado por vários deputados estaduais e inúmeros companheiros do partido. Na entrevista coletiva que concedeu, ele reafirmou a sua defesa em favor da reserva de mercado e o seu propósito de continuar a defender no ministério os mesmos princípios definidos pelo seu antecessor, o maranhense Renato Archer. Adiantou também que manterá na secretaria-geral do MCT, Luciano Coutinho.

Será decidida hoje, em reunião dos líderes partidários com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, mais uma prorrogação — desta vez de 20 dias úteis — do prazo para o encerramento dos trabalhos da Comissão de Sistematização. Junto com o novo prazo, uma novidade: o plenário da Constituinte começará a trabalhar paralelamente à Sistematização, para agilizar a apreciação das propostas à nova Constituinte. Ontem, as lideranças dos partidos fecharam suas propostas para a prorrogação e somente o PFL não chegou a formalizar a sua. De acordo com o sistema a ser aprovado hoje, os novos prazos começam a correr a partir do dia 5 de novembro — quinta-feira.

O líder do PFL, José Lourenço, disse que ainda estava pensando sobre o melhor meio de agilizar os trabalhos da Comissão de Sistematização, preferindo deixar sua proposta para ser apresentada na reunião de hoje. Na realidade, no entanto, o PFL preferia não prorrogar os prazos, deixando que o plenário da Constituinte apreciasse o substitutivo de número zero — que veio das comissões temáticas, o que acontecerá se a Sistematização não votar o de nº 2. Este texto, incompleto em muitos capítulos, abriria espaço para a apresentação, pelos parlamentares pefelistas, de um outro substitutivo, que estaria sendo articulado no Palácio do Planalto pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos.

"A apresentação de sugestões à nova Constituição, por pessoas estranhas ao Poder Legislativo, seria uma violência a que a Constituinte não irá submeter-se" — afirmou o deputado Euclides Scalco, líder em exercício do

PMDB na Constituinte. As tentativas de apresentação de qualquer das propostas de Saulo Ramos ao plenário "serão rechaçadas imediatamente" — informam outras fontes, dentro e fora do PMDB. "Levar para o plenário o substitutivo número zero é terrível. Queremos o número dois e temos que encontrar uma fórmula de garantir que isto acontecerá" — disse o líder do governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna.

PROPOSTAS

Cada um dos partidos tem sua proposta para o novo calendário, mas a que tem maior chance de aceitação unânime é a que foi acertada ontem entre os senadores Fernando Henrique (SP), José Richa (PR) e os deputados Euclides Scalco (PR) e Carlos Sant'Anna (BA).

— A Sistematização ganha mais 20 dias úteis, a partir do dia 5 de novembro — a próxima quinta-feira.

— A partir daí entra também em funcionamento o plenário da Constituinte, para apreciação do que já tiver sido votado pela sistematização.

— A Comissão de Sistematização, como primeira providência, vota em bloco os títulos que não tiverem sido ainda apreciados — os de número IV, V, VI, VII, VIII e IX — ressalvados os destaques.

— Em seguida a comissão começa a apreciar os destaques a estes títulos, obedecendo aos seguintes prazos: Título IV (Sistema de Governo) — 5 dias; título V (Defesa do Estado) — 3 dias; título VI (Sistema Tributário) — 2 dias; título VII (Ordem Econômica) — 7 dias; título VIII (Ordem Social) — 4 dias e título IX (Disposições Transitórias) — 3 dias.

— Se o prazo de algum

dos títulos vencer antes que ele tenha sido completamente apreciado, segue para o plenário com a redação dada pelo relator Bernardo Cabral, somente a parte que não tiver sido votada.

— A Comissão de Sistematização reúne-se às segundas, terças, sextas-feiras e sábados, durante todo o dia. O plenário da Constituinte reúne-se às quartas e quintas-feiras. A medida que a Sistematização for encerrando seus trabalhos, a relação vai sendo invertida, ficando o plenário com mais dias de reunião e a Comissão com menos.

— Se até o dia 30 de novembro a Comissão não tiver encerrado a votação do substitutivo, segue para o plenário a redação do substitutivo dois no que não foi apreciado. Os destaques ficam prejudicados e têm emão de ser representados por seus autores.

Nos outros partidos, a proposta é basicamente a mesma, com algumas variações: O PDT só não concorda com o item que determina o funcionamento paralelo do plenário da Constituinte. "Isto confundiria muito as coisas aqui" — argumenta o líder Brândão Monteiro (RJ). O PT também considera boa e necessária a proposta do PMDB, mas, segundo seu líder, Luiz Inácio Lula da Silva (SP), não deveria haver prazos marcados para o final dos trabalhos — "Não estamos construindo um carro, estamos fazendo uma Constituição, quanto mais discussão melhor" — argumenta.

Para o PTB, a prorrogação é necessária, com ou sem funcionamento paralelo do plenário. O PSB, o PCB e o PC do B também concordam integralmente com a proposta peemedebista de prorrogação.

Mendes Ribeiro é contra adiar

Afirmando que o Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte não prevê acordo de liderança para retirada de destaques e prorrogação de prazos, o deputado Mendes Ribeiro encaminhou requerimento ao deputado Ulysses Guimarães para que a Mesa da Assembleia abstenha-se de "praticar ou ratificar atos denunciados como violadores da consciência e do eleitorado nacionais, como também de cada constituinte de desempenhar seu mandato de acordo com o Regimento".

Mendes Ribeiro argu-

menta que a retirada de destaques e a prorrogação de prazos, não apressa a elaboração da Constituição, mas "fatalmente acabará por retardá-la, na medida em que forem ferindo a lógica do direito, criando irregularidades e reações que podem levar o processo constituinte aos tribunais do Judiciário".

O parlamentar diz em seu requerimento que tais fatos estão roubando dos constituintes que não pertencem à Comissão de Sistematização — segundo ele criada para sistematizar, mas que na verdade vem

inovando e reconduzindo matérias até repudiadas em etapa anterior — o pleno exercício de seu mandato.

O artigo 26 do Regimento Interno da Constituinte é citado por Mendes Ribeiro para reforçar sua argumentação — "Fino o prazo, o projeto de Constituição, com ou sem parecer, será incluído em Ordem do Dia, devendo o relator proferir parecer oral em plenário" — e lembrou o episódio da Comissão Temática número oito, que não terminou a votação tendo sido então aplicado tal dispositivo.

Slogans e cartazes pelo parlamentarismo

REJANE DE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

Sem crise, seu voto eleger. Sem crise, seu voto demite. Vote Parlamentarismo.

Com esta nova senha, imprensa em sete mil cartazes a serem colados durante esta semana em todas as paredes do Congresso — executando, naturalmente, os gabinetes dos presidencialistas — os parlamentaristas da Constituinte deflagram hoje a estratégia final para a aprovação do regime de gabinete na Sistematização. Atualmente, garantem destacados integrantes do movimento, o novo sistema de Governo conta com 56 adeptos na aquela Comissão — a maioria absoluta é de 47 votos. A expectativa é de que a matéria seja votada já no próximo final de semana.

Para fechar o acordo definitivo em torno da introdução do parlamentarismo no corpo permanente da futura Constituição, os defensores desse regime reúnem-se hoje a partir das 10h, na Comissão de Finanças do Senado. A maior preocupação dos líderes do movimento é excluir das discussões qualquer referência às disposições transitórias, onde estarão fixados os prazos para a adoção do novo regime e para o término do mandato do presidente Sarney. Nessas duas questões não há consenso possível e por isso só serão debatidas quando o parlamentarismo estiver "seguro no bolso", de acordo com o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Mesmo as disposições permanentes, que haviam sido objeto de entendimento anterior entre os parlamentaristas, deverá sofrer algumas modificações durante as reuniões definitivas que se travarão ao longo desta semana. O deputado Israel Pinheiro Filho

(PMDB-MG), principal articulador do grupo parlamentarista, aponta três pontos em torno dos quais ainda não foi garantida a unanimidade: a faculdade de o Presidente da República exonerar o primeiro-ministro por iniciativa própria; os mecanismos de formação do Governo; e a possibilidade de dissolução da Câmara em casos de "crise de extrema gravidade que ponha em risco as instituições".

Apesar de fortíssimo lobby promovido pelo Palácio do Planalto em favor da manutenção do presidencialismo, que já incluiu até mesmo a distribuição de ministérios em troca de apoio parlamentar a este regime, os parlamentaristas da Constituinte garantem que a adoção do sistema de gabinete é irreversível. A mini-reforma ministerial, na opinião deles, teria produzido resultados contrários aos visados pelo Governo: ou seja, fortaleceu, em lugar de enfraquecer, o movimento parlamentarista.

Convencido da inevitabilidade do parlamentarismo, assegura integrante do movimento, o Planalto já nem estaria mais trabalhando no sentido de evitar a aprovação deste regime a nível do corpo permanente da Constituição. Todo o esforço, agora, seria no sentido de proteger a sua adoção após o término do mandato do atual Presidente da República, no bojo das disposições transitórias.

Os parlamentaristas, contudo, não querem nem ouvir falar nisso. Pelo menos por enquanto, eles tratam de afastar qualquer discussão que possa vir a dividir o movimento. "Primeiro, precisamos assegurar a aprovação do parlamentarismo. Prazo para implantação e duração do mandato do Presidente são assuntos a serem definidos

depois", ressalta o deputado Israel Pinheiro.

Roberto Freire, por sua vez, afirma que o tamanho do período de Sarney não terá a mínima importância desde que o parlamentarismo esteja garantido. "Aí, será a classe política que governará e o Presidente, no papel de estadista, pode ficar lá por mais tempo". Já o deputado Egidio Ferreira Lima, com seu sorriso irônico, afirma que não é "besta" de revelar sua posição a respeito das transições nesse momento. "Não falo absolutamente nada enquanto não tiver o parlamentarismo bem seguro aqui no bolso".

MARKETING

Embora garantam que já são antecipadamente vitoriosos na Constituinte, os parlamentaristas não dispensaram toda uma estratégia de marketing para estimular novas adesões ao movimento. Sob a coordenação de Israel Pinheiro e o auxílio financeiro dos colegas, que contribuíram com Cz\$ 2 mil cada para a "cablinha de propaganda" do novo regime de Governo, foram confeccionados sete mil cartazes e 350 brochures alusivos ao assunto. Isto sem falar nas dezenas de almoços e jantares-reuniões destinados a contatos pessoais.

Entre os slogans impressos nos cartazes, o mais antigo afirma o seguinte: "Vote Parlamentarismo. Muitos participam, poucos realizam". O mais recente, que ainda nem foi distribuído pelos corredores do Congresso, recorre à recente crise no Governo para pregar a adoção do novo sistema: "Sem crise, seu voto eleger. Sem crise, seu voto demite. Vote Parlamentarismo". Em ambos os modelos, em verde e amarelo, aparece o clássico "V" de vitória — ou o paz e amor dos movimentos hippies.